

PREGÃO ELETRÔNICO

90004/2026

CONTRATANTE ()

(153167)

OBJETO

Cessão onerosa de espaço público, que será explorado mediante cessão de uso de área própria para exploração comercial dos serviços de cantina nas dependências do Colégio Pedro II – Campus Realengo II, nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 41.462,28

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 05/03/2026 às 08h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Maior percentual de oferta de retribuição

MODO DE DISPUTA:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

Sumário

1.	DO OBJETO	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
3.	<i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO</i>	5
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
7.	DA FASE DE JULGAMENTO.....	12
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
9.	DO TERMO DE CONTRATO.....	17
10.	DOS RECURSOS	17
11.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	18
12.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	21
13.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	21



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

(Processo Administrativo nº 23785.000810/2025-48)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Colégio Pedro II, por meio do Setor Planejamento Monitoramento de Aquisições de Bens e Serviços do Campus Realengo II, sediado na Rua Bernardo de Vasconcelos, 941, Realengo – Rio de Janeiro, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a concessão onerosa de espaço público, que será explorado mediante cessão de uso de área própria para exploração comercial dos serviços de cantina nas dependências do Colégio Pedro II – Campus Realengo II,, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1.1. A cessão do espaço está localizada na Rua Bernardo de Vasconcelos, 941 – Realengo – Rio de Janeiro, e possui 70,63 m².

1.1.2. A licitação será realizada em único item.

1.1.3. A concessionária será selecionada por meio de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR PERCENTUAL DE OFERTA DE RETRIBUIÇÃO**, o qual representa a maior Taxa de Utilização da área concedida.

1.1.3.1. Considerando que o sistema Compras.gov.br não contempla, de forma direta, o julgamento pelo maior valor absoluto da Taxa de Utilização, a licitante deverá consignar, em campo próprio do sistema eletrônico, o **Percentual de Oferta de Retribuição sobre 100**, o qual será convertido no valor da Taxa de Utilização, conforme a metodologia de cálculo estabelecida neste Edital e no Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6. Não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.7.1.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.7.1.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 2.7.1.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.7.1.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.7.1.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.7.1.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.7.1.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.7.1.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.7.1.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.1.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.1.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.1.12. Cooperativas.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O valor estimado da presente cessão não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o Percentual de Oferta de Retribuição, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.1. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o Percentual de Oferta de Retribuição, observado o disposto nos itens 8.1 e 8.1 deste Edital.

4.1. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.1.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.1.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.1.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.1.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.1. A falsidade de declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.1. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.1. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.1. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.1. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu Percentual de Oferta de Retribuição máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

4.1. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.1. O valor final mínimo ou o Percentual de Oferta de Retribuição final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.1.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.1.12.2. Percentual de Oferta de Retribuição inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.1. O valor final mínimo ou o Percentual de Oferta de Retribuição final máximo parametrizado na forma do item 4.1 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.1. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1. O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o Percentual de Oferta de Retribuição sobre 100 (cem), que será convertido no valor da taxa mensal de utilização da área cedida, sendo o Percentual de Oferta de Retribuição ofertado levado a efeito para a fase de lances.

5.1. O Percentual de Oferta de Retribuição ofertado será convertido no valor da taxa anual de utilização da área cedida, conforme fórmula a seguir:

$$TU = (D \times R\$ 10,00) \times 100$$

Em que: TU = Taxa de Utilização;

D = Percentual de Oferta de Retribuição ofertado.

5.1. O percentual mínimo aceitável é de 41,46228%, que corresponde ao valor mínimo anual de R\$ 41.462,28 (quarenta e um mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e oito centavos) equivalente ao valor mensal de R\$ 3.455,19 (três mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e dezenove centavos).

5.1. A fim de esclarecer o modelo adotado para este Pregão, seguem exemplos de lances ofertados e seu significado prático:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

5.1.4.1. Percentual de Oferta de Retribuição ofertado de 0,100000%:

$$TU = (1,00 \times R\$ 10,00) \times 100$$

$$TU = R\$ 100,00$$

Licitante ofertou o valor de R\$ 100,00 pela utilização da área cedida.

5.1.4.2. Percentual de Oferta de Retribuição ofertado de 5,5%:

$$TU = (0,55 \times R\$ 10,00) \times 100$$

$$TU = R\$ 5.500,00$$

Licitante ofertou o valor de R\$ 5.500,00 utilização da área cedida

5.1.4.3. Percentual de Oferta de Retribuição ofertado de 12,525%:

$$TU = (12,525 \times R\$ 10,00) \times 100$$

$$TU = R\$ 12.525,00$$

5.2. Licitante ofertou o valor de R\$ 12.525,00 utilização da área cedida.

Percentual	Fórmula		Valor a ser pago
A	B	C	A*B*C
0,00001	10	100	0,01
0,00012	10	100	0,12
0,00123	10	100	1,23
0,01234	10	100	12,34
0,1234	10	100	123,40
1,2345	10	100	1.234,50
12,345	10	100	12.345,00
123,456	10	100	123.456,00

5.3. O Percentual de Oferta de Retribuição ofertado será o critério adotado para classificação e julgamento das propostas no sistema Compras.gov, demonstrando o quanto o licitante se dispõe a pagar anualmente pela utilização da área cedida, de modo que, conforme exemplos citados, o licitante que oferta 1,0% (um por cento) demonstra a intenção de pagar R\$ 1.000,00/ano, o que oferta 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) demonstra a intenção de pagar R\$ 5.500/ano e o que oferta 12,5932% (doze vírgula cinco mil, novecentos e trinta e dois por cento) demonstra a intenção de pagar R\$ 12.593,20/ano.

5.3. Ao formular sua proposta, o licitante deverá considerar integralmente os custos relativos à execução de obras e adequações que se fizerem necessárias e obrigatórias para atender a legislação vigente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

- 5.3. Ressalta-se que o investimento necessário para a realização dessas obras faz parte integrante das obrigações contratuais e não será objeto de reequilíbrio econômico-financeiro posterior, devendo, portanto, ser contemplado na definição do Percentual de Oferta de Retribuição ofertado.
- 5.3. Assim, o Percentual de Oferta de Retribuição apresentado pelo licitante deve refletir, de forma realista e sustentável, tanto o valor da taxa mensal de utilização da área cedida quanto os custos e investimentos necessários para o funcionamento de acordo com a legislação vigente, assegurando a viabilidade econômico-financeira da proposta durante toda a vigência do contrato.
- 5.3. Não será exigida a apresentação de planilha detalhada de custos para a obra de adequação, se necessárias, pela empresa vencedora.
- 5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao mínimo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.3. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.3. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.3. O critério de julgamento para classificação das propostas será o de **MAIOR PERCENTUAL DE OFERTA DE RETRIBUIÇÃO OFERTADO**, registrado no sistema Compras.gov, que corresponde à maior oferta de taxa anual de utilização pela área cedida, conforme a metodologia de cálculo e os exemplos descritos nos itens 6.1, 6.2 e 6.3;
- 5.3. O Percentual de Oferta de Retribuição ofertado pelo licitante deverá ser igual ou superior ao percentual mínimo aceitável de 41,46228%, conforme estabelecido no item 5.2.3, sob pena de desclassificação da proposta. Não há um valor máximo para a oferta.
- 5.3. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou Percentual de Oferta de Retribuição superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,01% (um centésimo por cento), que corresponde a R\$ 10,00 (dez reais)*.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

- 6.15. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.16. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.17. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.35.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.35.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 6.35.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.35.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.36. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.36.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

- 6.36.2. empresas brasileiras;
- 6.36.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.36.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.37. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.38. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.39. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.40. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.41. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.42. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.43. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.44. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1. SICAF;

7.1. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.3. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.6. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.7. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.8. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 7.10. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 7.11. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.12. Será desclassificada a proposta vencedora que:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

- 7.12. conter vícios insanáveis;
- 7.12. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.14. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.15. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio juridicamente aceito.
- 8.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 8.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

- 8.1. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.1. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução NÃO é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 8.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail prefeitura.re2@cp2.g12.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 8.1. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.1. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 8.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.1. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2:00h (duas horas)**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 8.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o Percentual de Oferta de Retribuição, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.1. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

- 8.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.1. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2:00h (duas horas)**, para:
- 8.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 8.1. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.1. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 8.1. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 8.1. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 8.1. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.1. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.1.
- 8.1. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.1. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 8.1. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.1. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.1. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.1. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.1. Os prazos dos itens 9.1 e 9.1 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.1. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.1. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

- 10.1. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 10.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 10.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 10.1. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.1. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.1. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.1. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.1. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.1. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.1. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.1. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://suap.cp2.g12.br/processo_eletronico/visualizar_processo/1c9b43ae-ed8d-4ea8-b644-c3892c4b8d89/

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 11.1. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 11.1.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

- 11.1.3.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 11.1.3.4. deixar de apresentar amostra;
 - 11.1.3.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
 - 11.1.3.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 11.1.3.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 11.1.3.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 11.1.3.9. fraudar a licitação;
 - 11.1.3.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.3.11. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.3.12. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.3.13. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
 - 11.1.3.14. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 11.1.3.15. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 11.1. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.1. advertência;
 - 11.1. multa;
 - 11.1. impedimento de licitar e contratar e
 - 11.1. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
 - 11.1. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 11.1. as peculiaridades do caso concreto;
 - 11.1. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 11.1. os danos que dela provierem para a Administração Pública;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

11.1. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.1. A multa será recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1, 11.1 e 11.1.3.5, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

11.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.3.6, 11.1.3.7, 11.1.3.8, 11.1.3.9, 11.1.3.13 e 11.1.3.14, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

11.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.1. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1, 11.1, 11.1.3.5 e 11.1.3.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.1. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.3.7, 11.1.3.8, 11.1.3.9, 11.1.3.13 e 11.1.3.14, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1, 11.1 e 11.1.3.5 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3.6, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.1. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.1. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

- 11.1. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.1. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.1. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 11.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 11.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.1. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail contratosre2@cp2.g12.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Bernardo de Vasconcelos, 941 – Realengo – Rio de Janeiro – RJ, no Protocolo.
- 12.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 12.1. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

13.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.1. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.1. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.1. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.1. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.1. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico *[inserir endereço eletrônico]*.

13.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.1. Anexo I - Termo de Referência;

13.1.12.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

13.1. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

13.1. Anexo IV – Modelo de Termo de Vistoria

13.1. Anexo V – Croquis da área da Cantina;

13.1. Anexo VI – Modelo de Declaração de cumprimento da Resolução nº 2016/04 Anvisa;

13.1. Anexo VII – MRV;

13.2.

....., de de 20.....

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

Anexo I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 23785.000810/2025-48)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Concessão administrativa onerosa de espaço público, para exploração comercial de cantina nas dependências do Colégio Pedro II – Campus Realengo II, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição	Retribuição Mensal	Retribuição Anual	Valor do contrato
1	Cessão onerosa de espaço público, para exploração comercial de cantina nas dependências do Colégio Pedro II – Campus Realengo II, localizada na Rua Bernardo de Vasconcellos, 941 – Realengo – RJ, com área de 70,63m ²	3.455,19	41.462,28	124.386,84

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. A cessão onerosa de espaço administrativo é caracterizada como **comum**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. A cessão é enquadrada como continuada, considerando que a **exploração da cantina** no Campus é permanente.

1.4. Prazo de vigência

1.5. O prazo de vigência da concessão é de **12 (doze)** meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da concessão e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

Das boas práticas ambientais:

4.1. Uso racional de água:

4.1.1. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional de água, devendo o responsável pela equipe atuar como facilitador de mudanças de comportamento dos funcionários da CESSIONÁRIA;

4.1.2. Treinar e orientar os funcionários sistematicamente contra hábitos e vícios de desperdício, conscientizando os mesmos sobre atitudes preventivas;

4.1.3. Identificar e corrigir possíveis vazamentos;

4.1.4. Adotar procedimentos corretos para o uso adequado de água, com economia e sem desperdício, garantindo a adequada higienização do ambiente, dos equipamentos, utensílios e alimentos;

4.1.5. Não encher os utensílios com água para ensaboar, usar somente a quantidade necessária de detergente e enxaguar controlando o consumo de água;

4.1.6. Fica proibido:

4.1.6.1. Manter a torneira aberta com recipiente embaixo transbordando, assim como mantê-la aberta enquanto o funcionário ausenta-se do ponto de uso;

4.1.7. Colocar folhas e vegetais de molho em vasilhame com água, no processo de lavagem, ficando a torneira aberta durante todo o tempo;

4.1.8. Executar operações de lavagem e descasque de legumes simultaneamente, com a torneira aberta;

4.1.9. Limpar aves em vasilha cheia de água, mantendo a torneira aberta sobre a mesma;

4.1.10. Deixar carnes salgadas dentro de cuba com a torneira aberta para retirada do sal.

Eficiência energética:

4.2. Verificar periodicamente os sistemas de aquecimento e refrigeração, identificando a formação de chamas amarelas, a presença de fuligem nos recipientes e o acúmulo excessivo de gelo que, entre outros, podem constituir sinais de mau funcionamento dos equipamentos, manutenção inadequada ou utilização de combustível de má qualidade. Caso seja constatada alguma irregularidade, este deve ser comunicada imediatamente à CEDENTE;

4.3. Desligar as luzes dos ambientes não ocupados;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

4.4. Sugerir à CEDENTE, locais e medidas que tragam a possibilidade de redução do consumo de energia, tais como: desligamento de sistemas de iluminação, instalação de interruptores, instalação de sensores de presença, rebaixamento de luminárias, entre outras;

4.5. A CESSIONÁRIA deve desenvolver junto aos seus funcionários, programas de racionalização do uso de energia;

Programa de coleta seletiva de resíduos sólidos:

4.6. Responsabilizar-se pelo acompanhamento diário das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva, implantados nas áreas da CEDENTE, facilitando a sua remoção.

4.7. A CESSIONÁRIA deverá observar as seguintes regras do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos quando esta for implantada no Colégio Pedro II – Campus Realengo II:

4.7.1. Materiais Não Recicláveis: são todos os materiais que ainda não apresentam técnicas de reaproveitamento, sendo estes denominados REJEITOS. Encontram-se entre eles: lixo de banheiro, papel higiênico e lenço de papel usado, cerâmicas, pratos, vidros, pirex e similares, trapos e roupas sujas, tocos e cinzas de cigarro, acrílico e lâmpadas fluorescentes, papéis plastificados, metalizados ou parafinados, papel carbono e fotografias, fitas e etiquetas adesivas, copos descartáveis de papel, espelhos e cristais, pilhas. Cada grupo de rejeitos deve ser separado e acondicionado para destinação adequada;

4.7.2. Materiais Recicláveis: deverão ser disponibilizados pelo CEDENTE, recipientes adequados para armazenamento de vidro, plástico, papéis secos e metais.

Redução de produção de resíduos alimentares:

4.8. Nas etapas de planejamento, aquisição de gêneros e produção do cardápio diário deverá ser observada a sazonalidade de alguns alimentos e todas as possibilidades de aproveitamento dos gêneros alimentícios;

4.9. Na etapa de planejamento, para a previsão de quantitativos e nas fases de pré-preparo e preparo deverão ser adotados critérios técnico-científicos, de modo a minimizar o volume de resíduos.

Destinação final de resíduos de óleo utilizados em frituras e cocções:

4.10. Objetivando minimizar os impactos negativos ocasionados pela deposição de resíduos de óleo comestível, diretamente na rede de esgotos, a CESSIONÁRIA deverá implantar e manter programas voltados à reciclagem de óleo comestível, tais como destinação a entidades e/ou organizações assistenciais que comprovadamente efetivem o reaproveitamento do óleo para a produção de sabão, dentre outros.

Subcessão

4.11. Não será admitida a subcessão do espaço cedido, no todo ou em parte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

4.12. A CESSIONÁRIA poderá, entretanto, contratar empresa especializada para execução das **obras e benfeitorias** que se fizerem necessárias durante o período de cessão, sob sua inteira responsabilidade e às suas expensas.

Garantia da Contratação

4.13. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Cessionário optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5%** (cinco por cento) do valor **total** da concessão.

4.14. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.14.1. *A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Cessionário não pague o prêmio nas datas convencionadas.*

4.14.2. *Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.*

4.14.3. *A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.*

4.14.4. *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.*

4.14.5. *Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Cedente, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.*

4.15. *Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Cessionário, deverá ser efetuada em favor do Cedente, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.*

4.16. *Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.*

4.17. *No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

4.18. *Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.*

4.18.1. *O título de capitalização deverá ser apresentado ao Cedente juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).*

4.19. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:*

4.19.1. *prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;*

4.19.2. *multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e*

4.20. *No caso de alteração do valor da receita estimada, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.*

4.21. *Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Cessionário ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*

4.22. *Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Cessionário obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Cedente, contados da data em que for notificada.*

4.23. *O Cedente executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.*

4.23.1. *O emitente da garantia ofertada pelo Cessionário deverá ser notificado pelo Cedente quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

4.23.2. *Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.*

4.24. *Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Cedente, mediante termo circunstanciado, de que o Cessionário cumpriu todas as cláusulas do contrato.*

4.24.1. *A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.*

4.24.2. *A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

4.25. *A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.*

4.26. *O Cessionário autoriza o Cedente a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.*

4.27. *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Cedente com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.*

4.28. *A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.*

Vistoria

4.29. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local para a participação do certame.

4.29.1. Caso o licitante queira realizar a avaliação prévia do local a ser cedido o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser Cessionário, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **10:00** horas às **14:00** horas, que deverá ser marcada através do e-mail prefeitura.re2@cp2.g12.br.

4.30. *Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia*

4.31. *Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.*

4.32. *Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

4.33. *A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Cessionário assumir os ônus dos serviços decorrentes.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. *O cumprimento das obrigações decorrentes da cessão seguirá a seguinte dinâmica:*

5.1.1. *Início da utilização do espaço: **até 20 dias após a assinatura do contrato ou autorização formal da Administração.***



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

5.1.1.1. No caso de ocorrência de motivo de força maior que venha a impossibilitar o cumprimento do prazo de início das atividades da cantina, a CESSIONÁRIA deverá comunicar por escrito ao Colégio Pedro II – Campus Realengo II tal ocorrência, indicando a data em que efetivará o início das atividades da cantina, **não podendo o adiamento do início das atividades ser superior a 15 (quinze) dias corridos.**

5.1.2. Para a exploração comercial da cantina, compreendendo o fornecimento de lanches e refeições, será cedido onerosamente o espaço do Colégio Pedro II - Campus Realengo II.

5.1.3. Será de responsabilidade única da CESSIONÁRIA a complementação de móveis e equipamentos necessários ao funcionamento pleno e satisfatório da cantina.

5.1.4. A CESSIONÁRIA deverá executar as obras, caso sejam necessárias, para o pleno funcionamento de acordo com a legislação vigente.

5.1.4.1. A fiscalização administrativa do contrato de cessão — referente à verificação do funcionamento da cantina, cumprimento das obrigações, retribuição mensal e demais condições — será exercida pela **Direção Administrativa do Campus Realengo II**, mediante designação de fiscal(es) por portaria específica.

5.1.5. A realização de qualquer tipo de obra e/ou adaptações, caso seja necessária, para adequação de móveis e/ou equipamentos, correrá por conta da CESSIONÁRIA e dependerá de prévia e expressa autorização da Administração do Colégio Pedro II – Campus Realengo II.

5.1.6. Qualquer obra e/ou adaptação, caso necessárias, não gerará direito a indenização e será incorporada ao patrimônio do Colégio Pedro II.

5.1.7. A CESSIONÁRIA será responsável pela manutenção e limpeza das instalações elétricas, hidráulicas, caixas de gordura e demais áreas indicadas pela Administração do Campus Realengo II como de responsabilidade da cantina.

5.1.8. Os vasilhames, utensílios, equipamentos, produtos e demais materiais necessários ao perfeito funcionamento da cantina, inclusive aqueles auxiliares, serão de responsabilidade única da CESSIONÁRIA.

5.1.9. Será de inteira responsabilidade da CESSIONÁRIA a conservação e manutenção de todo o equipamento, porventura, disponibilizado à cozinha da cantina, pela Administração do Colégio Pedro II – Campus Realengo II.

5.1.10. A CESSIONÁRIA deverá ser a mesma que será responsável pela operação da cantina e pelo fornecimento da alimentação.

5.1.11. As atividades da cantina seguirão as condições descritas abaixo:

Funcionamento

5.2. A cantina funcionará nos horários a seguir descritos:

- De segunda sexta-feira das 07h00 às 22h00; e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

- *Sábados das 07h00 às 18h00*

5.2.1. *A cantina não funcionará aos domingos e feriados, exceto quando o Colégio Pedro II – Campus Realengo II estiver em funcionamento excepcional nestes dias;*

5.2.2. *As programações previstas no subitem 5.2.1 (funcionamento excepcional) serão comunicadas a empresa CESSIONÁRIA com antecedência mínima de 03 (três) dias.*

5.2.3. *Fica estabelecido que o funcionamento da cantina aos sábados ocorrerá de acordo com o calendário do ano letivo*

5.2.4. *O Colégio Pedro II – Campus Realengo II poderá, prévia e justificadamente, determinar que o horário de funcionamento seja reduzido ou estendido, em datas definidas, de forma a atender às necessidades da instituição ou à realização de eventos específicos, comunicados no prazo do item 5.2.2.*

5.2.5. *A CESSIONÁRIA deverá atender às mais estritas regras de higiene emanadas pelas autoridades sanitárias durante o preparo, a manipulação o acondicionamento, o transporte, a exposição e o descarte de alimentos;*

5.2.6. *Deverão ser fornecidos, diariamente, os itens constantes na tabela do item xxxx deste Termo de Referência;*

5.2.7. *A alimentação e os lanches deverão ser preparados com ingredientes de qualidade superior e servidos ao cliente em pratos (descartáveis ou reutilizáveis, a critério da CESSIONÁRIA) ou acondicionados em sacos de papel apropriados;*

5.2.8. *A venda deverá ocorrer no mesmo dia do preparo, com o devido descarte, ao fim do expediente, dos itens não comercializados;*

5.2.9. *Sucos, vitaminas e refrescos deverão ser fornecidos em copos descartáveis, com opção de açúcar ou adoçante em sachês individuais;*

5.2.10. *Os vegetais folhosos, verduras e ovos de galinha deverão ser previamente higienizados mediante utilização de solução adequada para tal fim;*

5.2.11. *A interrupção do fornecimento de quaisquer dos lanches mencionados no item xxxx deverá ser objeto de comunicação, antecipada e por escrito (com a devida justificativa), ao Fiscal do Contrato, a quem caberá endossar ou não o pleito;*

Equipe de trabalho

5.3. *A CESSIONÁRIA deverá utilizar pessoal habilitados e com conhecimentos básicos das atividades a serem desempenhadas, em conformidade com as normas e determinações em vigor.*

5.4. *Dispor e manter quadro completo de pessoal técnico, operacional e administrativo de forma a atender o cumprimento das obrigações assumidas;*

5.4.1. *A responsabilidade técnica pela alimentação caberá ao Nutricionista, responsável técnico apresentado pela CESSIONÁRIA em sua documentação de habilitação;*



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

5.4.1.1. *Caso haja substituição do Nutricionista, responsável técnico, a CESSIONÁRIA deverá realizar o comunicado de imediato à CEDENTE, acompanhado da justificativa da necessidade de substituição e a comprovação de registro profissional no CRN do substituto;*

5.4.2. *O pessoal necessário à execução das atividades relacionadas à operação da cantina será de exclusiva responsabilidade da CESSIONÁRIA, observando a legislação trabalhista e as normas de Segurança e Higiene do Trabalho;*

5.4.2.1. *O Cedente poderá solicitar, e deverá ser aceita pela CESSIONÁRIA, a substituição no prazo de 48 horas, de qualquer funcionário da CESSIONÁRIA que não atender aos critérios de urbanidade e respeito necessários à boa convivência.*

5.4.3. *Os empregados deverão ser identificados por crachá; trabalhar uniformizados, com os cabelos presos e cobertos, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.*

5.4.4. *A cessionária deverá:*

5.4.4.1. *apresentar à CEDENTE no início do contrato, e quando for o caso, a relação nominal dos empregados que atuarão na operação da cantina.*

5.4.4.2. *Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CEDENTE*

5.4.4.3. *Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração*

5.4.4.4. *Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CESSIONÁRIA relatar à CEDENTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.*

5.4.4.5. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

5.4.4.6. *Relatar à CEDENTE toda e qualquer irregularidade verificada durante a utilização do espaço e funcionamento da cantina*

Atendimento ao público

5.4.5. *A CESSIONÁRIA disporá de empregados em número suficiente para o atendimento nos horários de maior procura, que deverão tratar os clientes com urbanidade e respeito, dispensando-lhe um atendimento cordial, rápido e eficiente;*

5.4.6. *A CESSIONÁRIA deverá emitir cupom fiscal para cada transação efetuada, cumprindo todas as exigências da Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro para o atendimento da presente disposição;*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

5.4.7. Os clientes serão atendidos mediante pagamento ao caixa da lanchonete do preço correspondente, em moeda corrente, cheque, cartão de débito, cartão de crédito, PIX ou vale refeição e outros meios que possam vir a existir;

5.4.8. A CESSIONÁRIA deverá dispor de troco suficiente para a realização das transações comerciais diárias.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

a. Endereço: Bernardo de Vasconcelos, nº 941 – Realengo – Rio de Janeiro – RJ – CEP 21.710-261;

b. Horário de funcionamento: 07:00h às 22:00h de segunda-feira a sexta-feira 07:00h às 18:00h aos sábados

c. Clientela aproximada: 247 servidores, 1660 alunos e 57 trabalhadores terceirizados.

5.5.1. O Colégio Pedro II – Campus Realengo II oferece merenda para os alunos em três turnos.

5.6. **É expressamente proibida a comercialização de: bebidas alcoólicas, cigarros, refrigerantes e frituras.**

5.7. É restrita a oferta, promoção comercial e a venda de alimentos ricos em gordura, açúcares e sal. Tais alimentos devem ser colocados em locais menos visíveis ao público;

5.8. É obrigatória a presença de mural ou material de comunicação visual para divulgação de informações relacionadas à alimentação e nutrição saudável;

5.9. É obrigatória a oferta de, ao menos, 2 (dois) tipos de frutas diariamente, em local de fácil visualização do público

5.10. *O cardápio mínimo a ser oferecido pela CESSIONÁRIA é o especificado no Anexo III deste Termo de Referência.*

5.11. A elaboração da alimentação deve ser dentro do melhor padrão técnico alimentício e CONFORME A PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL DENTRO DO AMBIENTE ESCOLAR sugerido pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE no que se refere a:

5.11.1. Tipos de alimentos e preparações;

5.11.2. Considerar os fatores psicológicos relacionados com a aceitação do alimento, ou seja, odor, sabor e textura e regionalismo;

5.11.3. Considerar a safra dos alimentos, não descuidando do aspecto qualidade, dando-se preferência aos alimentos oriundos da agricultura familiar,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

5.11.4. Não utilizar alimentos industrializados com teores elevados de gordura saturada, gorduras trans, sódio e açúcar em nenhuma preparação;

5.11.5. Os óleos e gorduras utilizados devem ser aquecidos a temperaturas não superiores a 180°C, sendo substituídos e desprezados logo após a utilização sob cocção.

5.12. Características dos ingredientes:

5.12.1. Para preparo e elaboração de refeições, deverão ser observadas e cumpridas, as seguintes características dos ingredientes:

5.12.1.1. Utilização de carnes e derivados adquiridos de estabelecimentos que tenham Selo de Inspeção Federal (SIF), inspeção do Ministério da Agricultura ou do órgão fiscalizador municipal;

5.12.1.2. Feijão novo tipo 1(um), com umidade até 15% (quinze por cento), cores variadas;

5.12.1.3. Massas com ovos, de primeira qualidade (embalagem íntegra. O produto deverá apresentar validade mínima de seis meses da entrega);

5.12.1.4. Folhosos de primeira qualidade (verde textura e consistência de vegetal fresco, com folhas íntegras e de primeira qualidade, coloração uniforme; isenta de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica);

5.12.1.5. Legumes, raízes e tubérculos (no estado in natura, de primeira qualidade, vegetal firme e integro textura e consistência de vegetal fresco, lavado com hipoclorito de sódio, coloração uniforme; isentos de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à casca. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica);

5.12.1.6. Frutas de primeira qualidade, firmes, sem defeitos, bem desenvolvidas, maduras sem apresentar pontos de prévia deterioração.

5.13. Composição das Refeições:

5.13.1. Salada – vegetais crus ou cozidos. As saladas cruas devem ser a partir de 60 gramas e as cozidas a partir de 120 gramas já pronta. Na composição das cruas deve ter, no mínimo, três vegetais com combinações diferentes: acelga, alface americana e cresa, tomate, pepino, cenoura ralada, beterraba ralada, rúcula e couve folha. As cozidas devem ter, no mínimo, dois vegetais: batata, cenoura, chuchu, beterraba, brócolis, abobrinha, berinjela, vagem. Todas as saladas cruas devem vir temperadas com azeite virgem puro, limão, vinagre de maçã ou orégano e as cozidas com salsa, coentro. Diariamente deverão vir pelo menos duas opções de salada. Elas deverão ser preparadas e decoradas afim de serem atrativas visualmente para os comensais.

5.13.2. Suco – Os sucos deverão ser concentrados, natural da fruta ou da polpa (não industrializados), seu preparo deverá respeitar rigorosamente as recomendações de rotulagem de cada produto. Sendo disponibilizados, no mínimo, dois sabores diferentes por dia, bem como, sendo feito



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

rodízio semanal entre os sabores, sempre optando pelas frutas da safra, dando-se preferência aos alimentos oriundos da agricultura familiar, sem agrotóxico. O per capita do suco pronto para consumo não deve ser inferior a 300 ml para cada tipo de fruta ofertado.

5.13.3. *Purê- Somente poderá ser servido purês de abóbora, aipim, batata inglesa ou inhame. Devem ser temperados com ervas e azeite extra virgem e, quando incluir, leite somente desnatado.*

5.13.4. *Farofa – de farinha de mandioca temperada (inclusive com verduras cruas e ervas) ou de flocos de milho (cuscuz), feita com óleo, cebola, alho e coentro. Per capita 40 g.*

5.13.5. *Arroz ou macarrão – arroz parboilizado ou integral refogado com alho, óleo, cenoura, brócolis, espinafre, couve. Per capita mínimo do arroz 60 g (sessenta gramas) cru e 150g (cento e cinquenta gramas) cozido. Ou macarrão com molho de tomate, alho e cebola. Per capita mínimo de macarrão 60 g (sessenta gramas) cru e 150 g (cento e cinquenta gramas) cozido.*

5.13.6. *Feijão - Feijão preto, marrom, verde, branco de 1ª qualidade. Per capita mínimo do feijão 60 g (sessenta gramas) cru e 150g (cento e cinquenta gramas) cozido, não colocar carne no feijão.*

5.13.7. *Prato principal - O prato principal comporá preparações com as seguintes distribuições:*

5.13.7.1. *Carnes vermelhas (alcatra, patinho, contrafilé, filé, coxão mole) filé de frango, peixe de primeira qualidade. Carne bovina assada de primeira qualidade– patinho, alcatra, coxão mole, qualquer carne deve ser sem osso e sem pele. Carnes nas preparações de bife ou filé de frango grelhado, assado, cozido com um per capita mínimo de 130 gramas já cozidos.*

5.13.7.2. *Estrogonofe, carnes picadinhas com legumes, frango desfiado, frango cozido tipo salpicão ou creme de frango – per capita de 200-250 gramas. Carne moída de 1ª qualidade (as mesmas citadas acima) para preparação de bolinhos, almôndegas, nestas preparações a receita poderá ser acrescida de 20% de proteína texturizada de soja, em média a preparação ser acima de 120 gramas já cozidas.*

5.14. *Cardápios. Os cardápios oferecidos devem ser compostos de receitas padronizadas e balanceadas. Devem ser previstos cardápios diferenciados cujo padrão alimentar tenha influências de hábitos alimentares e socioculturais.*

5.14.1. *Peso mínimo das refeições:*

5.14.1.1. *O per capita total do prato pronto para servir não deverá ser inferior a 700 gramas.*

5.14.1.1.1. *O prato deverá conter conforme a composição abaixo:*

a. 500g de alimento composto de feijão, arroz ou macarrão, salada crua ou cozida, farofa.

b. No mínimo, carne com 250g per capita ou frango 300g.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

c. Nas demais preparações alternativas que diminuam o custo do cardápio, como: bolinho de carne moída (50g per capita), panquecas, tortas, salpicão, carne de galinha (100g per capita), linguiça (50g), salsicha (30g), hambúrguer de carne e ou frango (50g).

d. O cardápio acima poderá ser modificado, desde que esta seja em função das especificidades regionais e tenham a autorização da administração do referido Campus.

5.14.1.2. O valor máximo que poderá ser cobrado pela CESSIONÁRIA no fornecimento de alimentação, tipo prato feito é o valor de R\$ xxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

5.15. A CESSIONÁRIA poderá acrescentar outros itens a serem comercializados no espaço reservado para cantina, desde que eles obedeçam a legislação aplicada, e seja feita solicitação com a justificativa e os mesmos sejam submetidos a aprovação da nutricionista do Colégio Pedro II – Campus Realengo II, e observado o disposto no Anexo II deste Termo de Referência.

5.15.1. Os itens só poderão ser comercializados após a aprovação da nutricionista.

5.15.2. Não será permitido a substituição ou a exclusão de quaisquer itens constantes no Anexo II deste Termo de Referência.

Da retribuição mensal

5.16. A CESSIONÁRIA recolherá, a título de retribuição pelo uso de espaço público, o maior valor ao espaço cedido, constante no item 1 (RETRIBUIÇÃO PELO USO DE ESPAÇO PÚBLICO) por mês, através do pagamento de Guia de Recolhimento da União – GRU, que deverá ser recolhido até o 5º dia do mês subsequente;

5.16.1. Nos dias de férias constantes do calendário oficial do Colégio Pedro II, o CESSIONÁRIO pagará apenas 50% (cinquenta por cento) do valor da contraprestação diária, calculada pro rata dia.

5.16.2. Nos meses em que ocorrerem recessos, paralisações, greves ou quaisquer outros eventos imprevisíveis não previstos no calendário oficial do Colégio Pedro II, que resultem no fechamento do Campus Realengo II e impeçam o funcionamento regular da cantina, o valor a ser pago pela CESSIONÁRIA será calculado de forma proporcional (**pro rata**) aos dias efetivos de funcionamento da cantina no respectivo mês.

5.16.2.1. Caso tais paralisações ou eventos imprevisíveis ultrapassem o período contínuo de **30 (trinta) dias**, a CESSIONÁRIA poderá solicitar o reconhecimento da suspensão do contrato, pelo período em que perdurar a suspensão das atividades.

5.16.2.2. Havendo o reconhecimento da suspensão do contrato, a vigência do contrato será prorrogada mediante a assinatura de termo aditivo, com acréscimo equivalente ao tempo de suspensão, contado dia a dia, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

5.16.2.3. O pedido de suspensão do contrato deverá ser realizado até 60 (sessenta) dias após o início da paralisação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

5.16.2.4. Caso ocorra a redução do número de discentes em proporção superior a 12% por um período igual ou superior a 30 (trinta) dias, a CESSIONÁRIA poderá solicitar ao Fiscal Técnico a redução proporcional (pro rata) do valor da retribuição devida pela cessão, correspondente ao percentual de diminuição do número de discentes, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.16.3. Todas as solicitações de abatimento no valor da retribuição, salvo a do item 5.16.1, deverão ser feitas até 5 (cinco) dias antes do vencimento da GRUs, e o Fiscal Técnico terá o prazo de 2 (dois) dias a contar do recebimento do pedido para autorizar a emissão da GRU com o desconto, podendo este desconto ser total ou parcial.

5.16.3.1. A CESSIONÁRIA perderá o direito ao abatimento caso a solicitação não seja formalizada dentro do prazo estabelecido no contrato.

5.16.3.2. A CESSIONÁRIA ficará responsável pela emissão da GRU de recolhimento do valor mensal de retribuição pelo uso do espaço público.

5.16.3.2.1. O CESSIONÁRIA deverá comprovar o recolhimento mensal apresentando à fiscalização do contrato a cópia da Guia de Recolhimento da União (GRU) quitada, por meio de correspondência eletrônica (e-mail) ou entrega física a fiscalização do contrato.

5.16.3.3. O valor correspondente a retribuição mensal inclui o custo do uso do espaço, do consumo estimado de água, e uma parcela proporcional aos serviços de limpeza e conservação, vigilância e manutenção predial;

5.16.4. Em caso de alteração da localidade da Cantina, será estabelecido pela Administração um novo valor para a retribuição mensal do uso de espaço público, levando-se em consideração a área a ser utilizada, com prévia comunicação à CESSIONÁRIA para aceitação ou não da mesma num prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação do evento;

Reajuste

5.17. O valor da Cessão Administrativa Onerosa de Uso será reajustado no interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data da proposta ou do último reajuste.

5.17.1. Será utilizado o IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado, ditado pelo governo federal, para cálculo do valor de reajuste da Concessão Administrativa Onerosa de Uso, ou outro que venha a substituí-lo.

5.17.2. A CESSIONÁRIA poderá reajustar os valores estabelecidos nos itens Anexo II deste Termo de Referência, no prazo de 1 (ano) a contar da pesquisa de preços (**agosto de 2025**), tendo como índice o IPCA- FGV ou outro que venha a substituí-lo.

5.17.3. Para manter o equilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido aumento superior ao estabelecido no item anterior, desde que seja comprovado por meio de planilhas e outros documentos necessários, que o aumento dos insumos para o preparo de determinado item foi superior ao índice adotado e está impactando negativamente nos resultados da empresa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

5.17.4. O aumento só poderá ser efetivado se houver a aprovação do fiscal do contrato, depois de decisão fundamentada.

Metodologia de Avaliação do Cumprimento das Obrigações da Cessão

5.18. O acompanhamento da execução contratual limitar-se-á à verificação do cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência, especialmente quanto:

- a. ao pagamento da retribuição mensal devida pela cessão do espaço;
- b. à manutenção e limpeza das instalações sob responsabilidade da CESSIONÁRIA;
- c. à observância das normas sanitárias, de segurança e de funcionamento da cantina;
- d. qualidade do fornecimento da alimentação e do atendimento ao público;
- e. qualidade das atividades desenvolvidas pela CESSIONÁRIA no espaço cedido;
- f. e ao cumprimento das condições previstas para a execução e conclusão das obras e benfeitorias.

5.18.1. Será adotado, durante toda a vigência do contrato, “Relatório Mensal de Verificação (RMV)”, contemplando indicadores e respectivas obrigações a cumprir, que serão acompanhadas pela fiscalização designados pela Administração, conforme Anexo IV ao Edital;

5.18.2. O Colégio Pedro II utilizará o Relatório Mensal de Verificação (RMV) como instrumento técnico para acompanhamento da execução da cessão onerosa, visando mensurar o cumprimento das obrigações contratuais da CESSIONÁRIA.

5.18.3. O RMV conterá indicadores objetivos de verificação, bem como o registro de eventuais infrações, classificadas por grau e pontuação.

5.18.4. As ocorrências registradas poderão subsidiar a abertura de processo administrativo para aplicação de multa ou demais penalidades previstas no contrato, observado o contraditório e a ampla defesa.

5.18.5. Os indicadores eleitos refletem fatores que estão sob controle da Administração no acompanhamento da execução do contrato que são essencialmente relevantes para obtenção dos resultados positivos da cessão.

5.19. As avaliações serão formalizadas até o décimo dia do mês subsequente, começando no segundo mês da vigência do contrato;

5.20. O fiscal do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das atividades previstas neste Termo de Referência, consolidando os dados obtidos e, em seguida, formalizando a avaliação no momento estabelecido no subitem 5.19;

5.21. A CEDENTE notificará a CESSIONÁRIA quanto à formalização mencionada no subitem 5.20, até o 5º (quinto) dia útil imediatamente posterior ao dia da formalização;

Do consumo de energia elétrica e gás liquefeito de petróleo:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

5.22. A *CESSIONÁRIA* deverá providenciar o pagamento das contas de energia elétrica e gás liquefeito para sua razão social.

5.22.1. A *CESSIONÁRIA* recolherá, a título de consumo de energia elétrica e gás liquefeito de petróleo, por mês, o valor correspondente ao utilizado nos respectivos medidores de energia elétrica e gás do espaço utilizado, a ser fiscalizado por servidor do Campus Realengo II, indicado pela Diretora-Administrativa.

5.22.1.1. O pagamento relativo ao gás liquefeito de petróleo deverá ser direto a concessionária de acordo com o consumo.

5.22.1.1.1. A fatura será encaminhada pela Cedente através de e-mail indicado pela Cessionária.

5.22.1.2. O pagamento da energia elétrica será realizado através de Guia de Recolhimento da União – GRU, emitida pela *CESSIONÁRIA*, e com vencimento de 10 (dez) dias a contar do envio do valor pela Cedente por e-mail indicado pela Cessionária;

5.22.1.2.1. O custo da energia elétrica será emitido conforme o modelo do Anexo IV deste Termo de Referência.

5.22.2. Caso seja necessário a *CESSIONÁRIA* será responsável as suas despesas a instalação de marcadores de energia elétrica e gás liquefeito no espaço a ser utilizado antes de começar a sua operação.

5.22.3. O não recolhimento da GRU referente a cobrança de energia elétrica no prazo do subitem 5.23.1.2. ensejará multa especificada neste Termo de Referência pelo atraso e mora.

Da manutenção e reparos:

5.23. Toda manutenção/reparo será de responsabilidade da *CESSIONÁRIA*, devendo ser mantidos os padrões de materiais e acabamentos, sendo que a manutenção abrange os seguintes itens, não se limitando apenas a eles:

5.23.1. Água/esgoto;

5.23.2. Energia (eletrodutos e conexões, lâmpadas, disjuntores, reatores, Interruptores);

5.23.3. GLP (válvulas, conexões etc.).

5.23.4. A *CESSIONÁRIA* será responsável por reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, quaisquer obras ou reparos realizados que apresentem vícios, no prazo estabelecido pelo fiscal do contrato, seja em decorrência da execução inadequada ou da utilização de materiais fora dos padrões exigidos, assegurando a manutenção dos mesmos padrões de qualidade, materiais e acabamentos previamente definidos.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

5.24. A CESSIONÁRIA deverá providenciar manutenção preventiva programada mensal e corretiva com fornecimento integral de peças, com empresa autorizada, de todos os equipamentos de cozinha, respeitados os critérios e prazos de garantia de fábrica dos equipamentos;

5.25. As atividades de manutenção preventiva e corretiva, bem como de operação, se aplicável, serão executadas por profissionais devidamente qualificados às funções a desempenhar;

5.26. Todos os consertos e reparos, se e quando necessários, deverão se dar, obrigatoriamente, sem nenhum prejuízo do adequado funcionamento da cantina;

5.27. A CESSIONÁRIA deverá manter as dependências, instalações, equipamentos e utensílios em perfeita ordem e funcionamento, efetuando, diariamente, a higienização e limpeza, bem como a conservação das dependências, tudo por sua inteira responsabilidade.

Da limpeza e controle de pragas

5.28. A limpeza total da cantina (em todas as suas dependências e equipamentos) deverá ser diária, sob a responsabilidade da CESSIONÁRIA;

5.29. O material de limpeza e a retirada do lixo interno são de responsabilidade da CESSIONÁRIA;

5.30. A CESSIONÁRIA deverá manter um programa periódico de desinsetização e desratização, com frequência necessária para manter a higiene local, ou sempre que solicitado pela fiscalização do Colégio Pedro II;

5.30.1. A CESSIONÁRIA apresentará um calendário de realização de desinsetização e desratização no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

5.30.2. No período de até 10 (dez) dias após a realização da desinsetização e desratização programadas no calendário, a CESSIONÁRIA deverá apresentar o comprovante da sua realização, sob pena de multa.

5.30.3. As empresas responsáveis pelas atividades de desinsetização e desratização deverão apresentar alvará de funcionamento expedido pelo centro de Vigilância Sanitária e comprovar o registro em um dos Conselhos Regionais: CREA, CRB, CRMV, CRF, CRQ etc.;

5.31. As empresas deverão apresentar informações seguras sobre o uso de inseticidas utilizados, especialmente quando à toxicidade e ao tempo de ausência do local. Os responsáveis pela aplicação destes inseticidas deverão usar uniformes e outros equipamentos de acordo com a legislação em vigor;

5.32. A CESSIONÁRIA ficará responsável pela preparação do local a ser dedetizado e desratizado providenciando retirada de alimentos, utensílios etc.;

Uniformes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

5.33. Os uniformes a serem fornecidos pelo CESSIONÁRIO a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão CEDENTE, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano.

Materiais a serem disponibilizados

5.34. Para o perfeito funcionamento da cantina, a CESSIONÁRIA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, por suas custas, todos necessários ao bom funcionamento da cantina, promovendo sua substituição quando necessário.

5.34.1. A CESSIONÁRIA deverá colocar à disposição do público no mínimo 5 (cinco) conjuntos de mesas com 4 (quatro) cadeiras cada, perfazendo um total de 20 (vinte) assentos.

Responsabilidade pela Operação da Cantina e Qualidade dos Alimentos

5.35. A CESSIONÁRIA será a única e exclusiva responsável pela exploração da cantina e por todas as atividades a ela relacionadas, bem como pela qualidade, segurança, procedência e adequação dos alimentos e bebidas fornecidos, respondendo integralmente por quaisquer danos, prejuízos ou reclamações decorrentes de sua atividade, incluindo, mas não se limitando a questões relacionadas à higiene, validade, conservação e composição dos produtos.

5.35.1. A CESSIONÁRIA obriga-se a instalar e manter, em local de destaque e de fácil visualização na área de atendimento, uma placa ou letreiro de identificação contendo seu nome fantasia e/ou logotipo. A instalação e a manutenção da referida identificação correrão integralmente às expensas da CESSIONÁRIA.

5.36. A CEDENTE não é responsável, em qualquer hipótese, por atos, omissões, defeitos nas atividades desempenhadas, vícios de qualidade ou quantidade dos produtos ofertados pela CESSIONÁRIA, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (CDC), sendo a CESSIONÁRIA a única responsável pelo atendimento e solução de quaisquer demandas judiciais ou extrajudiciais relativas à atividade explorada.

5.37. A CESSIONÁRIA deverá adotar todas as medidas necessárias para garantir a conformidade das atividades desenvolvidas e produtos comercializados com a legislação sanitária, consumerista e regulatória aplicável, isentando o Cedente de qualquer responsabilidade advinda do descumprimento dessas normas.

Obrigações da Cessionária

5.38. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.39. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

5.40. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

5.41. Obedecer à legislação em vigor reguladora da espécie e, em especial, às normas editadas pela Secretaria de Saúde e pelo Ministério do Trabalho, no que concerne à higiene e segurança do trabalho, observando a Resolução n.º 216/2004 – ANVISA, que trata das “Boas Práticas de Manipulação e Produção de Alimentos”, devendo ser implementados os Procedimentos Operacionais Padronizados – POPs a seguir:

- a. Higienização de instalações, equipamentos e móveis;
- b. Controle integrado de vetores e pragas urbanas;
- c. Higienização do reservatório; e
- d. Higiene e saúde dos manipuladores (empregados da CESSIONÁRIA);

5.42. Cumprir a legislação sanitária em vigor, em especial a Resolução CNNPA n.º 33, de 9 de novembro de 1977 e as normas capituladas na Resolução RDC n.º 216, de 15 de setembro de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), restando certo de que a paralisação das atividades ou a interdição das instalações em decorrência de Auto de Infração poderá constituir motivo suficiente para rescisão do Contrato de Cessão de Uso;

5.43. Manter em dia alvará, registros, cadernetas, licenças e outras formalidades exigidas pelas autoridades competentes, sem quaisquer ônus para o Poder Concedente;

5.44. Realizar o abastecimento da cantina em horário diferente de seu funcionamento;

5.45. Colocar cardápios individuais à disposição do público, em quantidade igual ou superior ao número de mesas, com a descrição simplificada e os respectivos preços de todos os itens oferecidos;

5.46. Manter gêneros alimentícios em quantidade suficiente para o atendimento das condições estabelecidas, evitando a falta de itens do cardápio;

5.47. O(s) responsável(eis) pelas atividades de manipulação dos alimentos deve(m) ser comprovadamente submetido(s) a curso de capacitação, dos seguintes temas:

- a. Contaminantes alimentares;
- b. Doenças transmitidas por alimentos;
- c. Manipulação higiênica dos alimentos;
- d. Boas práticas;

5.48. Promover diariamente, por sua conta e risco, em estrita conformidade com a legislação vigente e as exigências e conveniências do Órgão o transporte do lixo, a remoção dos detritos e restos diários de sua atividade, bem como de qualquer objeto de sua propriedade que esteja em desuso, em horário previamente combinado com a Administração do Cedente.

6. DAS OBRIGAÇÕES DE REFORMA E BENFEITORIAS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

6.1. A CESSIONÁRIA obriga-se, **caso necessárias**, a executar e custear, integralmente e às suas expensas, todas as obras de reforma e benfeitorias do espaço destinado à cantina do Colégio Pedro II – Campus Realengo II que se fizerem necessárias.

6.2. A fiscalização exercida pelo CEDENTE sobre as obras de reforma abrangerá a verificação da conformidade dos materiais e serviços com as especificações apresentadas pela CESSIONÁRIA, a aprovação de etapas-chave conforme o cronograma e o recebimento final da obra. Esta fiscalização não implica corresponsabilidade do CEDENTE pela execução, nem exime a CESSIONÁRIA de sua responsabilidade técnica, civil e trabalhista integral pela obra.

6.3. Sem prejuízo de outras apólices exigidas, a CESSIONÁRIA deverá contratar e manter vigentes, durante todo o período da obra, seguros de Responsabilidade Civil Obras e Riscos de Engenharia, com cobertura para danos materiais causados ao imóvel do CEDENTE e a terceiros, em valor compatível com o escopo dos serviços de engenharia. As apólices deverão ser apresentadas ao CEDENTE antes do início dos serviços.

6.3.1. A responsabilidade civil de danos pessoais a terceiros deverá ser de no mínimo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

6.4. Todas as benfeitorias, obras e melhorias realizadas no espaço da cantina serão integralmente incorporadas ao patrimônio do Colégio Pedro II, não gerando qualquer direito de retenção ou indenização à CESSIONÁRIA ao término do contrato de concessão.

7. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

7.1. *O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.*

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Cessionário devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. A Cessionária deverá informar no ato da assinatura do contrato o e-mail que servirá de endereço eletrônico de contato, bem como o nº de telefone com Whatsapp para comunicação.

7.5. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.6. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Cessionário, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

7.7. O Cessionário designará formalmente o preposto da empresa antes do início das atividades da cantina, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Cessionário.

7.8. O Cessionário deverá nomear entre os seus empregados que atuem na cantina como preposto da empresa no local da operação da cantina durante a vigência do contrato.

7.9. O Cedente poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Cessionário designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

7.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

7.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.12. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.13. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção do cumprimento das obrigações contratuais, determinando prazo para a correção.

7.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do CESSIONÁRIO, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Cedente ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Técnica (Obras)

7.19. A fiscalização técnica das obras e benfeitorias será exercida pela Seção de Engenharia do Colégio Pedro II, responsável por acompanhar e atestar tecnicamente as etapas de execução, medições e recebimento.

7.19.1. Esta fiscalização será independente da fiscalização contratual da cessão de uso e não implicará corresponsabilidade pela execução, permanecendo a CESSIONÁRIA integralmente responsável pela obra e seus efeitos técnicos e civis.

Fiscalização Administrativa

7.20. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.22. Cabe ao gestor do contrato:

7.22.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.22.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

1.1.1 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

7.22.3. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Cessionário, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.22.4. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.22.5. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.22.6. enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO MENSAL DO CONTRATO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Relatório Mensal de Verificação (RMV), conforme previsto no Anexo XXX.

8.2. Será indicada a multa, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o CESSIONÁRIA:

8.2.1. não produziu os resultados acordados,

8.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para o cumprimento de suas obrigações, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do RMV não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da do cumprimento das obrigações contratuais

9. DO RECEBIMENTO DAS OBRAS, ADEQUAÇÕES E BENFEITORIAS

9.1. A CESSIONÁRIA ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, as obras, adequações ou benfeitorias executadas no espaço cedido em que se verificarem vícios, defeitos, falhas ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados, não cabendo à fiscalização atestar o cumprimento do objeto enquanto não sanadas todas as pendências eventualmente apontadas.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

9.2. A fiscalização da execução das obras, adequações ou benfeitorias será realizada por servidor(es) designado(s), competindo-lhe(s):

- I – acompanhar e registrar as ocorrências relativas à execução dos serviços;
- II – verificar a conformidade das intervenções realizadas com o Termo de Referência, normas técnicas aplicáveis e legislação vigente;
- III – comunicar formalmente à CESSIONÁRIA a necessidade de correções, ajustes ou complementações, quando constatadas irregularidades.

9.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado de Recebimento deverá conter, no mínimo:

- I – o registro das ocorrências verificadas durante a execução;
- II – a análise técnica e administrativa das obras, adequações ou benfeitorias realizadas;
- III – a conclusão quanto à conformidade do objeto com as exigências contratuais;
- IV – os documentos e relatórios que julgar necessários para subsidiar o recebimento definitivo, devendo o referido Termo ser encaminhado ao gestor do contrato para adoção das providências cabíveis.

9.4. As obras, adequações ou benfeitorias executadas serão recebidas definitivamente no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após:

- I – a verificação da qualidade, funcionalidade e conformidade das intervenções realizadas;
- II – a comprovação do atendimento às exigências técnicas, sanitárias, de segurança e acessibilidade, quando aplicáveis;
- III – a aceitação formal mediante emissão de Termo Detalhado de Recebimento Definitivo.

9.4.1. Para fins do recebimento definitivo, deverá ser emitido documento comprobatório da avaliação realizada pela fiscalização técnica, administrativa e setorial, quando houver, contendo:

- I – o cumprimento das obrigações assumidas pela CESSIONÁRIA;
- II – a menção ao desempenho na execução das intervenções realizadas;
- III – o registro de eventuais inconformidades sanadas;
- IV – a indicação de penalidades aplicadas, se for o caso, observando-se os registros e controles administrativos adotados pela Administração.

9.4.2. Constatadas irregularidades na documentação ou na execução das obras, adequações ou benfeitorias, a Administração deverá indicar, de forma expressa, as disposições contratuais ou normativas descumpridas, solicitando à CESSIONÁRIA, por escrito, as correções necessárias, com a fixação de prazo para atendimento.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

9.5. Nenhum prazo de recebimento provisório ou definitivo será iniciado ou considerado válido enquanto pendente a solução, pela **CESSIONÁRIA**, de inconsistências verificadas na execução das obras, adequações ou benfeitorias, ou na documentação apresentada.

9.6. O recebimento provisório ou definitivo das obras, adequações ou benfeitorias não excluirá:

- I – a responsabilidade civil da CESSIONÁRIA pela solidez, segurança e funcionalidade das intervenções realizadas;
- II – a responsabilidade técnico-profissional pela perfeita execução do objeto contratual;
- III – a obrigação de atender às normas legais e regulamentares aplicáveis durante toda a vigência da cessão.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Das Infrações Contratuais Específicas

10.1.1. Sem prejuízo das infrações e sanções gerais previstas na Lei nº 14.133/2021, as infrações contratuais específicas, os critérios de avaliação, a pontuação correspondente e os percentuais de multa aplicáveis estão detalhadas no Anexo VI - Relatório Mensal de Verificação (RMV).

10.1.2. A constatação de qualquer descumprimento listado no RMV, após registro pelo fiscal do contrato, ensejará a abertura de processo administrativo para a aplicação da penalidade correspondente, assegurado o contraditório e a ampla defesa à CESSIONÁRIA.

10.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o CESSIONÁRIA que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

10.3. Serão aplicadas ao CESSIONÁRIA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

10.3.1. Advertência, quando o CESSIONÁRIA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.4. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

10.6. Multa:

10.7. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,2% (dois centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias.;

10.8. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

10.9. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.10. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação;

10.11. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **3% (três por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

10.12. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **3% (três por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

10.13. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **3% (três por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação;

10.14. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Cedente.

10.15. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.16. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

10.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Cedente ao CESSIONÁRIA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.18. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.19. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CESSIONÁRIA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.19.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.19.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10.20. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para o Cedente; e
- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.21. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.22. A personalidade jurídica do CESSIONÁRIA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CESSIONÁRIA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.23. O CEDENTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas,



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.23.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.24. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.25. Os débitos do CESSIONÁRIA para com a Administração Cedente, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CESSIONÁRIA possua com o mesmo órgão ora CEDENTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO.

11.3. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

11.3.1. O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o Percentual de Oferta de Retribuição sobre 100 (cem), que será convertido no valor da taxa mensal de utilização da área cedida, sendo o Percentual de Oferta de Retribuição ofertado levado a efeito para a fase de lances.

11.3.2. O Percentual de Oferta de Retribuição ofertado será convertido no valor da taxa anual de utilização da área cedida, conforme fórmula a seguir:

$$TU = (D \times R\$ 10,00) \times 100$$

Em que: TU = Taxa de Utilização;

D = Percentual de Oferta de Retribuição ofertado.

11.3.3. O percentual mínimo aceitável é de 41,46228%, que corresponde ao valor mínimo anual de R\$ 41.462,28 (quarenta e um mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e oito centavos) equivalente ao valor mensal de R\$ 3.455,19 (três mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e dezenove centavos)..

11.4. A fim de esclarecer o modelo adotado para este Pregão, seguem exemplos de lances ofertados e seu significado prático:

I - Percentual de Oferta de Retribuição ofertado de 0,100000%:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

$$TU = (1,00 \times R\$ 10,00) \times 100$$

$$TU = R\$ 100,00$$

Licitante ofertou o valor de R\$ 100,00 pela utilização da área cedida.

II - Percentual de Oferta de Retribuição ofertado de 5,5%:

$$TU = (0,55 \times R\$ 10,00) \times 100$$

$$TU = R\$ 5.500,00$$

Licitante ofertou o valor de R\$ 5.500,00 utilização da área cedida

III - Percentual de Oferta de Retribuição ofertado de 12,525%:

$$TU = (1,2525 \times R\$ 10,00) \times 100$$

$$TU = R\$ 12.525,00$$

Licitante ofertou o valor de R\$ 12.525,00 utilização da área cedida

Percentual	Fórmula		Valor a ser pago
A	B	C	A*B*C
0,00001	10	100	0,01
0,00012	10	100	0,12
0,00123	10	100	1,23
0,01234	10	100	12,34
0,1234	10	100	123,40
1,2345	10	100	1.234,50
12,345	10	100	12.345,00
123,456	10	100	123.456,00

11.5. O Percentual de Oferta de Retribuição ofertado será o critério adotado para classificação e julgamento das propostas no sistema Compras.gov, demonstrando o quanto o licitante se dispõe a pagar anualmente pela utilização da área cedida, de modo que, conforme exemplos citados, o licitante que oferta 1,0% (um por cento) demonstra a intenção de pagar R\$ 1.000,00/ano, o que oferta 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) demonstra a intenção de pagar R\$ 5.500/ano e o que oferta 12,5932% (doze vírgula cinco mil, novecentos e trinta e dois por cento) demonstra a intenção de pagar R\$ 12.593,20/ano.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

11.6. Ao formular sua proposta, o licitante deverá considerar integralmente os custos relativos à execução de obras e adequações que se fizerem necessárias e obrigatórias para atender a legislação vigente.

11.7. Ressalta-se que o investimento necessário para a realização dessas obras faz parte integrante das obrigações contratuais e não será objeto de reequilíbrio econômico-financeiro posterior, devendo, portanto, ser contemplado na definição do Percentual de Oferta de Retribuição ofertado.

11.8. Assim, o Percentual de Oferta de Retribuição apresentado pelo licitante deve refletir, de forma realista e sustentável, tanto o valor da taxa mensal de utilização da área cedida quanto os custos e investimentos necessários para a execução do projeto básico, assegurando a viabilidade econômico-financeira da proposta durante toda a vigência do contrato.

11.9. Não será exigida a apresentação de planilha detalhada de custos para a obra de adequação, se necessárias, pela empresa vencedora.

Exigências de habilitação

11.10. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

11.11. Habilitação jurídica

11.12. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.13. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.14. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.15. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.16. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

11.17. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

11.18. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

11.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.25. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

11.28. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

11.29. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

11.30. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.30.1. *Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de limitado a 10% do valor total estimado da contratação.*

11.31. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação

11.32. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.33. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.34. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11.35. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

11.36. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

11.37. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

11.38. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

11.39. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

11.39.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

11.39.2. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 2 (dois) anos do fornecedor na operação de cantinas ou no fornecimento de serviços de alimentação coletiva, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

11.39.3. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

11.39.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial que comprove(m) a experiência mínima de 2 (dois) anos do fornecedor na operação de cantinas ou no fornecimento de serviços de alimentação coletiva, em períodos sucessivos ou não fornecedor.

11.39.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Cedente e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

11.39.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

11.40. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

11.41. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

11.42. Apresentação do profissional nutricionista, devidamente registrado no conselho profissional competente.

11.42.1. O profissional designado para a execução dos serviços deverá comprovar vínculo com a empresa vencedora, seja por meio de vínculo empregatício, sócio da empresa ou contrato de prestação de serviços no qual ele se responsabiliza formalmente pela execução das atividades, garantindo o cumprimento das obrigações contratuais e a boa execução do objeto da cessão.

11.42.2. O profissional acima indicado deverá participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

11.43. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

11.44. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

11.45. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.46. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.47. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.48. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

11.49. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CESSÃO

12.1. O Valor estimado total da Cessão, que é o mínimo aceitável, é de R\$ 41.462,28 (quarenta e um mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e oito centavos).

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Rio de Janeiro, fevereiro de 2026.

COLEGIO PEDRO II/CAMPUS REALENGO II

Estudo Técnico Preliminar 22/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23785.000810/2025-48

2. Descrição da necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), instrumento constitutivo da primeira etapa do planejamento, em conformidade com o Art. 18 da Lei nº 14.133/2021, visa fundamentar a Concessão Administrativa de Uso de Espaço Público para a prestação de serviços de Cantina no Campus Realengo II.

A principal justificativa para a contratação é o manifesto interesse público em zelar pela saúde e bem-estar da comunidade acadêmica, incluindo corpo discente, docente e demais colaboradores. As ações educacionais do Colégio Pedro II transcendem o âmbito curricular, abrangendo a preocupação com a qualidade nutricional, que vai além da merenda escolar já fornecida.

Atualmente, a comunidade escolar recorre ao comércio no entorno do Campus para adquirir lanches, o que gera preocupação quanto à qualidade e segurança alimentar. A instalação de uma cantina interna proporcionará conforto, comodidade e acesso a alimentos de qualidade sob orientação da administração, reforçando o compromisso da instituição com a prestação de serviços mais plena e efetiva.

ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR E MELHORIAS PROPOSTAS

A análise da gestão de contratos anteriores revelou desafios significativos:

A empresa vencedora apresentou constantes atrasos nos pagamentos mensais da concessão.

Foi aberto um processo sancionatório contra a empresa por praticar preços não condizentes com o Termo de Referência.

Fiscais identificaram que produtos previstos no Termo de Referência não estavam sendo comercializados.

Identificou-se que o modelo de licitação anterior, que vinculava o resultado ao valor do cardápio, mostrou-se restritivo e inadequado. Para sanar essas falhas e otimizar a futura contratação, propõem-se as seguintes alterações:

Flexibilização do Cardápio: Estabelecer um cardápio mínimo com preços máximos, permitindo que a empresa vencedora, após aprovação da nutricionista do campus, inclua novos itens. Propõe-se também incluir a possibilidade de fornecimento de refeições.

Critério de Julgamento: O critério de seleção será a maior oferta pelo valor da cessão do espaço, desvinculado do preço do cardápio, visando tornar a concessão mais atrativa e competitiva.

Garantia Contratual: Exigir uma garantia contratual, nos termos do Art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no valor correspondente a 3 (três) meses da concessão, para resguardar o Colégio de eventuais inadimplementos ou danos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Direção Administrativa	Evelyn Barcellar

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

Funcionamento:

De segunda a sexta-feira, das 07:00h às 22:00h.

Aos sábados, das 07:00h às 17:00h.

O horário poderá ser ajustado pela administração para atender a eventos específicos.

Higiene e Preparo dos Alimentos:

Seguir rigorosamente as normas das autoridades sanitárias.

Utilizar ingredientes de qualidade superior, com preferência para alimentos oriundos da agricultura familiar.

Higienizar vegetais folhosos e ovos com solução adequada.

Não utilizar alimentos com teores elevados de gordura saturada, gordura trans, sódio e açúcar.

Realizar o descarte diário dos itens não comercializados ao final do expediente.

A elaboração dos alimentos deve seguir o padrão técnico para promoção da alimentação saudável em ambiente escolar, conforme sugestão do Ministério da Saúde.

Equipe e Atendimento:

Possuir quadro de pessoal suficiente para um atendimento cordial, rápido e eficiente, especialmente nos horários de maior procura.

Contar com um Nutricionista como responsável técnico.

Toda a equipe deverá estar uniformizada e identificada por crachá.

Obrigações Fiscais e Comerciais:

Emitir cupom fiscal para todas as transações.

Aceitar como forma de pagamento moeda corrente, cheque, cartões de débito e crédito, e vale-refeição.

Dispor de troco suficiente para as operações diárias.

Adequações do Ambiente (a cargo da Cessionária):

Realizar adequações físicas apontadas pela Vigilância Sanitária, como rebaixamento de teto, instalação de telas, tampas de ralo, lavatório para mãos e embutimento da fiação elétrica.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento para definir o valor de referência da concessão foi realizado com base em:

Pesquisa de preços de alugueres comerciais no bairro de Realengo em sites de amplo conhecimento (ex: www.olx.com.br).

Consulta a processos de cessão similares realizados por outras instituições de ensino no Painel de Preços do Governo Federal (www.paineldeprecos.gov.br).

A metodologia seguiu os parâmetros do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021. Utilizou-se a **média** dos valores obtidos, resultando em um valor referencial de R\$ 2.213,47 (dois mil, duzentos e treze reais e quarenta e sete centavos). O preço dos itens do cardápio servirá apenas como referência máxima para evitar preços exorbitantes.

6. Descrição da solução como um todo

A solução é a Concessão Administrativa de Uso de Espaço Público, a ser licitada na modalidade Pregão, em formato eletrônico, conforme Art. 28, I, da Lei nº 14.133/2021. Não se vislumbra a necessidade de parcelamento do objeto, por se tratar de um único espaço físico destinado à cantina. A contratação se mostra atrativa para um vasto número de empresas do ramo, não havendo restrição de mercado.

Duração: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, alinhado ao ano letivo, podendo ser prorrogado, conforme faculta a legislação (Art. 105 e seguintes da Lei nº 14.133/2021), desde que a execução seja satisfatória.

Transição Contratual: Não se identifica a necessidade de um plano de transição complexo, pois se trata de serviço comum sem exigência de transferência de tecnologia ou conhecimento específico.

Gestão e Fiscalização: Recomenda-se a qualificação dos servidores que atuarão como gestores e fiscais do contrato, dado o incremento de responsabilidades trazido pela Lei nº 14.133/2021.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Cessão de 1 cantina.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.455,19

3.455,19 (três mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais e dezenove centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se vislumbra a necessidade de parcelamento do objeto, por se tratar de um único espaço físico destinado à cantina.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou independentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está alinhada ao planejamento estratégico do Colégio Pedro II.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Oferta de alimentação adequada aos alunos da instituição.

13. Providências a serem Adotadas

Não há outras providências a serem adotadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Em alinhamento com os princípios de desenvolvimento nacional sustentável da Lei nº 14.133/2021, o contrato exigirá:

Uso Racional de Água: Treinamento de funcionários contra o desperdício e correção de vazamentos.

Gerenciamento de Resíduos: Implementação de coleta seletiva para materiais recicláveis e rejeitos, e adoção de critérios para minimizar a produção de resíduos alimentares.

Destinação de Óleo: Implantação de programa para reciclagem ou reaproveitamento de óleo de cozinha usado.

Eficiência Energética: Verificação periódica de equipamentos e desenvolvimento de programas de racionalização do uso de energia.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de todo o exposto, e considerando que a terceirização do espaço da cantina já ocorre há anos sem óbices legais, a realização do processo licitatório nos moldes aqui estabelecidos é considerada viável.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RENATO FERREIRA LOURENCO

Chefe - SEPMA



Assinou eletronicamente em 12/08/2025 às 16:43:25.

CNPJ: 42.414.284/0002-93 - Telefone: 21 3163-4810

Documento Digitalizado Público

Cantina - Retificado

Assunto: Cantina - Retificado
Assinado por: Renato Lourenco
Tipo do Documento: Estudo Técnico Preliminar
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Renato Ferreira Lourenco, CHEFE - FG2 - CRE2-SEPMA**, em 12/08/2025 16:58:29.

Este documento foi armazenado no SUAP em 12/08/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.cp2.g12.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 830204

Código de Autenticação: e686d8516f





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II

ANEXO II

TERMO DE CONTRATO Nº XX/2025

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**CESSÃO ONEROSA DE BEM PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE CANTINA
PREGÃO ELETRÔNICO**

(Processo Administrativo nº 23785.000810/2025-48)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO COLÉGIO PEDRO II
– CAMPUS REALENGO II E
.....**

A Autarquia O **COLÉGIO PEDRO II – CAMPUS REALENGO II**, com sede no Rua Bernardo de Vasconcellos, 941, Realengo, inscrito no CNPJ sob o nº 42.414.284/0002-93, neste ato representado pelo Diretor Geral **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, nomeado pela Portaria nº XXXXXXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no *DOU* de XX de XXXXXXXX de XXXX, portador da Matrícula Funcional nº XXXXXXXX, doravante denominado CEDENTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CESSIONÁRIA, neste ato representado(a) por (nome e função no Cessionária), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 23785.000810/2025-48** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente **do Pregão Eletrônico n. .../...**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a cessão onerosa de uso de espaço público, consistente na disponibilização de área pertencente ao CEDENTE para exploração comercial de cantina, a ser realizada por conta e risco da CESSIONÁRIA, nas dependências do Colégio Pedro II – Campus Realengo II, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2026.
- 1.2. A cessão de uso destina-se exclusivamente à exploração econômica da atividade comercial pela CESSIONÁRIA, não caracterizando prestação de serviços à Administração Pública.
- 1.3. A área objeto da cessão está localizada na Rua Bernardo de Vasconcellos, nº 941, Realengo – Rio de Janeiro/RJ, com área total de **70,63 m²**, conforme croquis e demais especificações constantes dos anexos do edital.
- 1.4. Objeto da contratação:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II

Item	Descrição	Retribuição Mensal	Retribuição Anual
1	Cessão onerosa de espaço público, para exploração comercial de cantina nas dependências do Colégio Pedro II – Campus Realengo II, localizada na Rua Bernardo de Vasconcellos, 941 – Realengo – RJ, com área de 70,63m ²		

1.5. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.5.1. O Termo de Referência;
- 1.5.2. O Edital da Licitação
- 1.5.3. A Proposta do CESSIONÁRIA;
- 1.5.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.**

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada à avaliação, pelo CEDENTE, da **conveniência e oportunidade da manutenção da cessão**, considerada, especialmente:

- 2.2.1. seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuidade da cessão de uso;
- 2.2.2. seja juntado relatório que discorra sobre o cumprimento regular, pela CESSIONÁRIA, das obrigações contratuais;
- 2.2.3. o adimplemento integral e tempestivo da retribuição devida;
- 2.2.4. seja comprovada a manutenção das condições *iniciais* de habilitação exigidas na licitação;
- 2.2.5. haja manifestação expressa do CESSIONÁRIA informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.6. a inexistência de impedimentos legais ou contratuais à prorrogação.
- 2.2.7. não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CESSIONÁRIA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CESSIONÁRIA tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II

CLÁUSULA TERCEIRA – DO USO DO ESPAÇO E DA GESTÃO CONTRATUAL

3.1. A cessão onerosa de uso do bem público objeto deste contrato será exercida pela CESSIONÁRIA de forma contínua durante a vigência contratual, **nos termos e condições estabelecidos no Termo de Referência**, observadas as normas internas do CEDENTE e a legislação aplicável.

3.2. A gestão e a fiscalização do contrato pelo CEDENTE restringem-se à verificação do cumprimento das obrigações contratuais, conforme estabelecido no Termo de Referência, sem interferência na organização, na gestão ou na atividade econômica desenvolvida pela CESSIONÁRIA, a qual será exercida por sua conta e risco.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCESSÃO

4.1. *É vedada a subcessão, total ou parcial, bem como a cessão, transferência ou qualquer forma de repasse do objeto deste contrato a terceiros, a qualquer título, inclusive por meio de parceria, associação, franquia ou instrumento congênere, sem prejuízo das sanções cabíveis.*

4.2. A CESSIONÁRIA poderá contratar terceiros **exclusivamente para a execução de atividades acessórias ou de apoio**, que não envolvam a exploração econômica direta do espaço cedido, **permanecendo integralmente responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais, legais e regulamentares.**

4.3. A contratação de terceiros para atividades acessórias **não gera qualquer vínculo jurídico** entre o CEDENTE e os terceiros contratados, **nem transfere responsabilidades** à Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. *Pela cessão onerosa de uso do bem público objeto deste contrato, a CESSIONÁRIA pagará ao CEDENTE a retribuição mensal de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx), perfazendo o valor total estimado do contrato referente ao período inicial de 12 (doze) meses de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).*

5.2. *A retribuição de que trata esta cláusula constitui receita da Administração Pública e é devida pela CESSIONÁRIA independentemente do resultado econômico da atividade explorada, não sendo admitida qualquer compensação, abatimento ou retenção, salvo nas hipóteses expressamente previstas no Edital, no Termo de Referência ou neste contrato.*

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO DA RETRIBUIÇÃO

6.1. O prazo para pagamento a CEDENTE e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DA RETRIBUIÇÃO

7.1. As regras acerca do reajuste dos preços são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

8.1. São obrigações do CEDENTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CESSIONÁRIA, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II

8.1.3. Notificar o CESSIONÁRIA, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CESSIONÁRIA;

8.1.5. Aplicar ao CESSIONÁRIA as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.6. Não praticar atos de ingerência na administração do CESSIONÁRIA, tais como:

8.1.6.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto Cessionária;

8.1.6.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CESSIONÁRIA;

8.1.6.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CESSIONÁRIA;

8.1.6.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.6.5. demandar a funcionário do CESSIONÁRIA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.6.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CESSIONÁRIA.

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CESSIONÁRIA;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **60 (sessenta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Analisar e decidir, no prazo máximo de **90 (noventa) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento, os pedidos apresentados pela CESSIONÁRIA relacionados à revisão excepcional das condições econômico-operacionais da exploração, nos estritos limites e hipóteses previstas no Termo de Referência, inclusive quanto à eventual adequação dos valores do cardápio, quando decorrentes de fatos imprevisíveis, força maior ou fato do príncipe.

8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.11. Comunicar o CESSIONÁRIA na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CEDENTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CESSIONÁRIA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CESSIONÁRIA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIA

- 9.1. O CESSIONÁRIA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, **os bens, instalações, equipamentos ou benfeitorias sob sua responsabilidade nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes do uso do espaço ou da atividade explorada**, nos termos do Termo de Referência;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento contratual pelo CEDENTE, podendo este utilizar a garantia contratual, quando exigida, para ressarcimento dos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CESSIONÁRIA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da vencimento do valor da cessão, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CESSIONÁRIA;
 - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CEDENTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CEDENTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. A CESSIONÁRIA é exclusivamente responsável pelo cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e social que lhe seja aplicável, inclusive no que se refere à reserva legal de cargos para pessoas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II

com deficiência, reabilitados da Previdência Social ou aprendizes, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

- 9.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos custos e premissas econômicas da exploração de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento da atividade explorada, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CEDENTE;
- 9.14. Manter pessoal próprio em quantidade e qualificação suficientes para o exercício regular da atividade explorada, sob sua exclusiva responsabilidade;
- 9.15. Manter todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à exploração da atividade desenvolvida no espaço cedido, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.16. Conduzir a atividade explorada no espaço cedido com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local em adequadas condições de limpeza, segurança, higiene e disciplina, nos termos do Termo de Referência;
- 9.17. Submeter previamente, por escrito, ao CEDENTE, para análise e aprovação, quaisquer alterações relevantes nos procedimentos operacionais ou nas condições de funcionamento da atividade explorada que se afastem das especificações previstas no Termo de Referência ou em seus anexos;
- 9.18. A CESSIONÁRIA é exclusivamente responsável pelo cumprimento das normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho, não decorrendo do presente contrato qualquer vínculo, ingerência ou responsabilidade do CEDENTE sobre tais matérias;
- 9.19. A CESSIONÁRIA é exclusivamente responsável por assegurar que seus trabalhadores não sejam submetidos a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados, cabendo ao CEDENTE, caso venha a ter ciência de irregularidades dessa natureza, comunicar os fatos aos órgãos competentes;
- 9.20. A CESSIONÁRIA é exclusivamente responsável por observar a proibição do trabalho de menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos, cabendo ao CEDENTE comunicar os fatos aos órgãos competentes caso venha a ter ciência de eventual descumprimento;
- 9.21. A CESSIONÁRIA é exclusivamente responsável por observar a vedação ao trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de dezoito anos, bem como a proibição de atividades constantes na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, cabendo ao CEDENTE comunicar aos órgãos competentes caso venha a ter ciência de eventual descumprimento;
- 9.22. Manter preposto formalmente designado como ponto de contato entre a CESSIONÁRIA e o CEDENTE, exclusivamente para fins de comunicação e interlocução administrativa relacionadas ao cumprimento das obrigações contratuais;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II

9.22.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela CEDENTE, mediante justificativa, quando o designado não atender às finalidades de comunicação e interlocução previstas no item anterior, devendo a CESSIONÁRIA indicar outro representante no prazo de 48h.

9.23. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CEDENTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.24. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CEDENTE ou por seus fiscais ou gestores designados, relacionados ao cumprimento das obrigações contratuais, garantindo-lhes o acesso, em horários compatíveis com o funcionamento da atividade, ao espaço cedido, bem como aos documentos pertinentes à cessão e à exploração da atividade, nos termos do Termo de Referência;

9.25. Assegurar que o ambiente e as instalações sob sua responsabilidade sejam mantidos em condições adequadas de saúde, segurança e bem-estar, nos termos da legislação aplicável;

9.26. Promover a organização técnica e administrativa da atividade explorada, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.27. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.28. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CESSIONÁRIA relatar ao CEDENTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.29. Vedar a utilização, no âmbito da atividade explorada, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão cedente, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.30. Assegurar que seus empregados atuem **devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá**, bem como providos, quando for o caso, dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, nos termos da legislação aplicável e do Termo de Referência;

9.31. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência;

9.32. Atender às solicitações do CEDENTE quanto ao afastamento de pessoa ou preposto que atue no espaço cedido, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, mediante justificativa fundamentada, sempre que constatada conduta incompatível com as normas internas, de segurança ou de convivência do CEDENTE, permanecendo a gestão de pessoal e as obrigações trabalhistas delas decorrentes sob exclusiva responsabilidade da CESSIONÁRIA;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II

- 10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*
- 10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*
- 10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CESSIONÁRIA.*
- 10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CESSIONÁRIA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
- 10.6. *É dever do CESSIONÁRIA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*
- 10.7. *O CESSIONÁRIA deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCESSIONÁRIAS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
- 10.8. *O CEDENTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CESSIONÁRIA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*
- 10.9. *O CESSIONÁRIA deverá prestar, no prazo fixado pelo CEDENTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*
- 10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*
- 10.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*
- 10.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*
- 10.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. *Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. *As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*
- 13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica Cessionária, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.6.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 13.6.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 13.6.3. Das indenizações e multas.
- 13.7. A extinção do contrato não constitui óbice à análise de pleito de recomposição do equilíbrio econômico-operacional da exploração, desde que relativo a fatos ocorridos durante a sua vigência e nos estritos limites e hipóteses previstos no Termo de Referência, sendo eventual ajuste formalizado por meio de termo próprio, observada a legislação aplicável.
- 13.8. Até que a CESSIONÁRIA comprove a regularização de pendências que lhe sejam imputáveis, o CEDENTE poderá reter e, quando cabível, executar a garantia contratual, exclusivamente para ressarcimento de danos, prejuízos ou multas decorrentes do inadimplemento de obrigações contratuais, observada a ampla defesa e o contraditório
- 13.9. O CEDENTE poderá ainda:
- 13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CESSIONÁRIA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
 - 13.9.2. Reter e compensar, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, eventuais créditos reconhecidos em favor da CESSIONÁRIA decorrentes do contrato, tais como indenizações ou restituições formalizadas, para fins de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, observados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CESSIONÁRIA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade cedente ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação **ou na contratação direta**, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CEDENTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CEDENTE, segundo as disposições contidas na **Lei nº 14.133, de 2021**, nas demais normas federais aplicáveis e, **subsidiariamente, pelos princípios gerais do direito administrativo e dos contratos**, observado o interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CEDENTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em *Rio de Janeiro*, Seção Judiciária de *Rio de Janeiro* para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Rio de Janeiro, abril de 2026.

Representante legal do CEDENTE

Representante legal do CESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

1-

2-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES
E LOCAL DO OBJETO DA LICITAÇÃO
(caso tenha realizado a vistoria)

PROCESSO Nº
Pregão Eletrônico nº

DECLARAÇÃO

_____(nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, Órgão expedidor _____ e do C.P.F nº _____, **DECLARA**, para fins de cumprimento do disposto no Edital que **conhece as condições locais do objeto da LICITAÇÃO, e/ou realizou vistoria no local, e que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à cessão onerosa**, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade).

(local e data)

CARIMBO E ASSINATURA DA DECLARANTE

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES
E LOCAL DO OBJETO DA LICITAÇÃO
(caso não tenha realizado a vistoria)

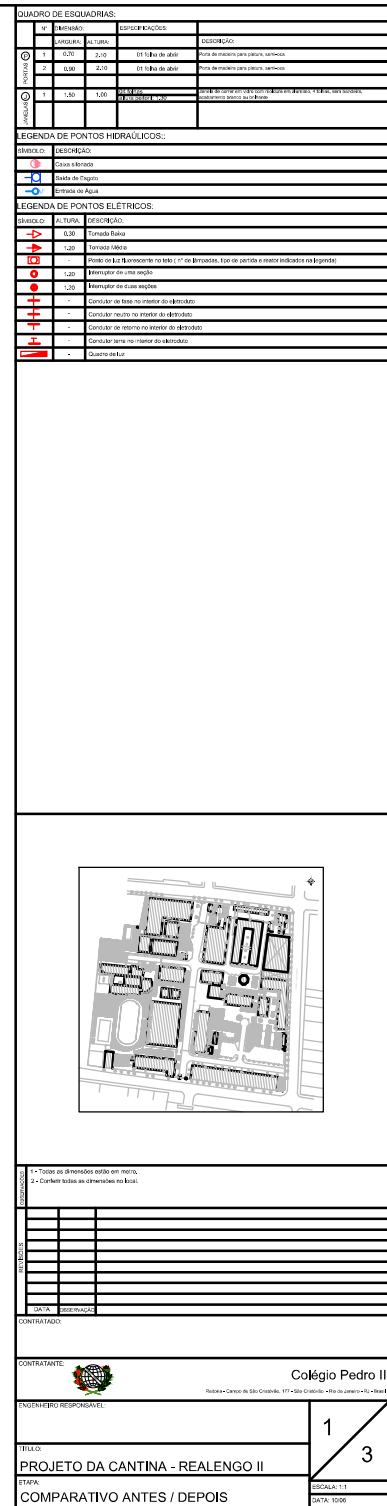
PROCESSO Nº
Pregão Eletrônico nº

DECLARAÇÃO

_____(nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, Órgão expedidor _____ e do C.P.F nº _____, **DECLARA**, para fins de cumprimento do disposto no Edital **que optou por não realizar a vistoria do local objeto da LICITAÇÃO, que assume total responsabilidade por este fato** e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade)

(local e data)

CARIMBO E ASSINATURA DA DECLARANTE





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
CAMPUS REALENGO II**

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO Nº 2016/04 ANVISA

PROCESSO Nº
Pregão Eletrônico nº

_____(nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ Órgão expedidor _____ e do C.P.F nº _____, DECLARA, para os devidos fins, que a empresa está ciente e cumpre integralmente com todas as normas e exigências estabelecidas na Resolução nº 2016/04 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

A empresa assume total responsabilidade pelo cumprimento da referida resolução e se compromete a manter todas as suas atividades em conformidade com a legislação sanitária vigente.

(local e data)

CARIMBO E ASSINATURA DA DECLARANTE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
REGIONAL IV
CAMPUS REALENGO II

ANEXO VII

RELATÓRIO MENSAL DE VERIFICAÇÃO (RMV)

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. O Relatório Mensal de Verificação – RMV é instrumento de acompanhamento e controle da execução da cessão onerosa de uso de bem público, constituindo ajuste escrito, anexo e parte indissociável do contrato, celebrado entre o CEDENTE e a CESSIONÁRIA, com a finalidade de definir, em bases objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de conformidade na exploração da atividade econômica autorizada, bem como os critérios para verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela CESSIONÁRIA.
2. O RMV tem por objetivo verificar a aderência da exploração comercial do espaço cedido às condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e no Contrato de Cessão Onerosa de Uso, não se caracterizando como instrumento de medição de prestação de serviços à Administração Pública.
3. A CESSIONÁRIA obriga-se a aceitar a verificação periódica do cumprimento das obrigações contratuais, conforme os indicadores de conformidade previstos neste instrumento.
4. A utilização do RMV não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos de fiscalização previstos no contrato, no Termo de Referência ou na legislação aplicável.
5. O descumprimento reiterado das obrigações verificadas por meio deste instrumento poderá ensejar, além das penalidades previstas no Edital e no Contrato, a extinção da cessão onerosa de uso, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

DA ADEQUAÇÃO DA RETRIBUIÇÃO

6. O servidor responsável indicado pela Contratante avaliará constantemente a execução do objeto contratado e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (RMV) devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Cessionária:
 - a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades Cessionárias; ou
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidades inferiores à demandada.
7. Durante a execução do objeto, o servidor responsável indicado pela Contratante deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços, devendo intervir para requerer à Cessionária a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
8. O servidor responsável indicado pela Contratante deverá apresentar ao responsável técnico da Cessionária a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
REGIONAL IV
CAMPUS REALENGO II

9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Cessionária materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
10. A Cessionária poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo o servidor responsável indicado pela Contratante, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
11. Não será necessário a abertura de processo administrativo para adequação do pagamento. Além da adequação dos descontos previstos neste Instrumento, poderão ser aplicadas, independentemente, as demais penalidades previstas no Edital e Contrato, tais como multa, impedimento de licitar e contratar entre outros, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

DOS INDICADORES DE AFERIÇÃO DA CONFORMIDADE DA EXPLORAÇÃO

12. A meta a ser atingida pelas empresas é a qualidade máxima na prestação de serviço, para receber integralmente a remuneração pelos serviços prestados. Caso haja outros serviços no mesmo contrato, eles não podem ser afetados.
13. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade dos serviços resultará em uma pontuação final correspondente ao total de infrações cometidas. A pontuação final resultará em um percentual de desconto.
14. Os valores das infrações, o grau das infrações e o percentual de desconto serão atribuídos conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo:

VALOR DAS INFRAÇÕES	
GRAU 1	0,3
GRAU 2	0,5
GRAU 3	0,7
GRAU 4	1
GRAU 5	2

INFRAÇÕES GRAU 1		Ocorrências	Pontos
1	Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela Contratante, por ocorrência.		0
2	Permitir a presença de funcionário não uniformizado ou sem a devida identificação nas dependências da cantina.		0
3	Deixar de indicar ou manter preposto responsável durante o funcionamento da cantina.		0
4	Deixar de providenciar o treinamento periódico para seus funcionários, conforme previsto nas obrigações.		0



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
REGIONAL IV
CAMPUS REALENGO II

5	Deixar de registrar formalmente as não conformidades internas e as medidas corretivas implementadas (quando houver obrigação contratual de fazê-lo).		0
Resultado		0	0

INFRAÇÕES GRAU 2		Ocorrências	Pontos
1	Conduta inadequada dos funcionários nas dependências do Colégio.		0
2	Demora injustificada no atendimento das solicitações emanadas da equipe de fiscalização.		0
3	Deixar de manter a regularidade dos documentos de habilitação exigidos no Edital.		0
4	Deixar de corrigir não conformidade apontada pela fiscalização no prazo estipulado.		0
5	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador.		0
6	Não apresentação da justificativa formal para o descumprimento de obrigações, quando solicitada.		0
7	Emissão de ruído excessivo (acima dos limites definidos em norma interna do Colégio) que atrapalhe as atividades pedagógicas.		0
Resultado		0	0

INFRAÇÕES GRAU 3		Ocorrências	Pontos
1	Não atender ao chamado da fiscalização para situações de urgência e emergência.		0
2	Não cumprir as obrigações operacionais definidas no TR (higiene, cardápio mínimo, normas sanitárias etc.).		0
3	Não substituir, no prazo determinado, funcionário cuja conduta seja considerada incompatível com o ambiente escolar.		0
4	Não utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) pelos funcionários, quando aplicável.		0
5	Atraso superior ao prazo adicional concedido para correção de falhas apontadas formalmente.		0
6	Não manutenção da quantidade mínima de estoque de insumos ou recursos operacionais essenciais (exigidos no TR).		0
Resultado		0	0

INFRAÇÕES GRAU 4		Ocorrências	Pontos
1	Falta de fornecimento de EPIs aos funcionários da CESSIONÁRIA.		0
2	Não entregar no prazo os esclarecimentos formais solicitados para sanar inconsistências apontadas pela fiscalização.		0
3	Suspender ou interromper as atividades da cantina sem motivo de força maior ou autorização prévia.		0
4	Utilizar equipamentos ou mobiliário da cantina em estado de deterioração que comprometa a segurança ou higiene.		0



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
REGIONAL IV
CAMPUS REALENGO II

5	Não apresentação imediata da licença sanitária ou alvará de funcionamento quando solicitada pela fiscalização.		0
Resultado		0	0

INFRAÇÕES GRAU 5		Ocorrências	Pontos
1	Deixar de responsabilizar-se pelos ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal, social, previdenciária e trabalhista.		0
2	Perder as condições de habilitação jurídica, fiscal ou econômico-financeira exigidas no contrato.		0
3	Não reparar os danos ou ressarcir o CEDENTE e/ou terceiros por erros ou prejuízos causados por seus funcionários.		0
4	Realizar a subcessão do espaço ou das atividades principais da cantina.		0
5	Permitir ou causar, por ação ou omissão, danos ao patrimônio do Colégio ou à integridade física de qualquer pessoa.		0
6	Utilização de alimentos, produtos ou insumos com prazo de validade expirado.		0
7	Venda de produto proibido pelo TR ou pela legislação aplicável.		0
Resultado		0	0

DA PONTUAÇÃO ACUMULADA E DAS CONSEQUÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

15. A aplicação dos indicadores previstos neste Relatório Mensal de Verificação resultará em pontuação acumulada, correspondente às infrações registradas no período de avaliação.
16. A pontuação acumulada tem natureza indicativa, destinando-se a mensurar a gravidade e a recorrência das inconformidades, não produzindo, por si só, efeito sancionatório automático, devendo ser utilizada como subsídio à adoção das providências administrativas cabíveis.
17. De acordo com a pontuação acumulada, poderão ser adotadas, de forma gradual e proporcional, as seguintes medidas:

PONTUAÇÃO ACUMULADA	PERCENTUAIS DE DESCONTO
< 1 (um ponto)	Notificação
Entre 1 (um) e 2 (dois) pontos	Advertência
Entre 2 (dois) e 3 (três) pontos	Recomendação de aplicação de multa
Entre 3 (três) e 5 (quatro) pontos	Recomendação de aplicação de multa e Abertura de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR)
Entre 5 (quatro) e 6 (cinco) pontos	Obrigatória instauração de PAAR, com análise da aplicação das sanções previstas no contrato e na Lei nº 14.133/2021, inclusive multa, impedimento de licitar e contratar, ou outras cabíveis.
Acima de 7 (sete) pontos	Proposição de extinção da cessão onerosa de uso , nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, mediante



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
REGIONAL IV
CAMPUS REALENGO II

	processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
--	--

18. A abertura de PAAR poderá ocorrer independentemente da pontuação acumulada, sempre que constatada infração de natureza grave ou situação que configure inexecução parcial relevante ou inexecução total do contrato.
19. A utilização do RMV não impede nem substitui a adoção de outros mecanismos de fiscalização, controle e responsabilização previstos no Edital, no Termo de Referência, no Contrato ou na legislação vigente.
20. Este instrumento define as expectativas de conformidade e as responsabilidades entre o Colégio Pedro II e a empresa Cessionária, integrando o contrato de cessão onerosa de uso de bem público decorrente do Edital do Pregão Eletrônico nº ____/____.
21. Este instrumento destina-se a estabelecer critérios técnicos e objetivos para avaliar a conformidade da execução contratual, assegurando que a cessão onerosa de uso esteja em estrita aderência às condições, especificações e prazos estipulados. Tem como finalidade monitorar a regularidade, a qualidade e a eficiência da exploração da atividade econômica no espaço público cedido, resguardando o interesse público, promovendo a transparência e assegurando o cumprimento das obrigações pactuadas pela cessionária.
22. Este documento vincula a Cessionária independentemente de sua assinatura, por constituir anexo integrante e indissociável do contrato.

Rio de Janeiro, março de 2026.

Colégio Pedro II – Campus
Diretor Geral do Campus

Empresa Cessionária
Representante Legal